

Desafio De Produção No Semiárido Para Pequenos Agricultores



Vitor Gomes Nunes¹; Jucelândio da Silva Guimarães²

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

RESUMO

O vigente estudo tem como principal propósito analisar e propor soluções para os desafios e dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores no semiárido, mais especificamente a região do agreste pernambucano, onde essa possui um vasto contingente de agricultores familiares que tem como principal atividade econômica a agricultura familiar. O presente trabalho, foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, onde foi entrevistado o produtor Jose Gomes de Silva, da fazenda Monte Verde no município de Limoeiro - PE. O intuito do trabalho foi resolver problemas que ocorriam/ocorrem na sua propriedade. Mediante os dados colhidos espera-se propor soluções para agregar e construir propostas que reduzam as dificuldades que transcorrem pequenos agricultores em sua ordem de produtividade, tais como: venda, custos orçamentários, transporte, escassez de incentivo, transporte, alocação de recursos, tais como bens e serviços que podem ser prestados pelo Estado, e efetivação de políticas públicas que tonificam suas potencialidades. Pode-se concluir que se faz necessário a reformulação e efetivação do que é a soberania alimentar no Nordeste, no Brasil, novas estratégias sustentáveis de produção devem ser elaboradas, em conjunto com a logística e distribuição, e consumo de alimentos, que garantem a vida dessa classe, alternativas que possam contribuir para a progressão da sua atividade agropecuária.

Palavras chave: agricultura, agronegócio, semiárido.

ABSTRACT

The current study has as its main purpose to analyze and propose solutions to the challenges and difficulties faced by small farmers in the semiarid region, more specifically the region of the harsh Pernambuco, where it has a large contingent of family farmers whose main economic activity is family farming. The present work was developed through a field research, where the producer Jose Gomes de Silva, from the Monte Verde farm in the municipality of Limoeiro - PE, was interviewed. The purpose of the work was to solve problems that occurred / occur on your property. Through the data collected, it is expected to propose solutions to aggregate and build proposals that reduce the difficulties experienced by small farmers in their order of productivity, such as: sales, budget costs, transportation, lack of incentives, transportation, resource allocation, such as goods and services that can be provided by the State, and implementation of public policies that tone their potential. It can be concluded that it is necessary to reformulate and put into practice what is food sovereignty in the Northeast, in Brazil, new sustainable production strategies must be developed, together with logistics and distribution, and food consumption, which guarantee life of this class, alternatives that can contribute to the progression of its agricultural activity.

Key words: agriculture, agribusiness, semiarid

1. INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro abrange uma área correspondente a 74,30% da Região Nordeste e 11% da superfície do Brasil (PAES; MORAIS; LIMA, 2004) e é muito importante expor seus potenciais produtivos principalmente dentro mercado de comercialização interno que gera renda para famílias tradicionais, associações, cooperativas ou pequenos agricultores autônomos, que tem como modelo de produção a agricultura familiar.

É visível que o mercado interno, especialmente em regiões interiores é abastecida por pequenos agricultores, esses em seus pontos de vendas, feiras, grandes mercados, entre outros estabelecimentos comerciais que necessitam de sua produção, entretanto, uma parcela social desse grupo é afetada por não possuir um suporte rural que lhe oferecesse uma seguridade, ou garantia de produção, tendo em vista seus desafios e dificuldades em relação a clima, secas, patologias, ausência de mercado, sua função social muitas vezes não é exercida por falta de assessoramento que deveria ser ofertado pelo Estado, esses produtores são particularmente susceptíveis devido à sua localização geográfica, baixos níveis de renda, grande dependência da agricultura (de sequeiro, principalmente) e limitada capacidade adaptativa (ALTIERI, M. A. e KOOHAFKAN, 2008). Existe o produtor e a propriedade, este sendo de grande porte ou pequeno, com milhares de hectares ou 10 (dez) hectares, ambos podem produzir, porém “economicamente” aquele que tem menor área será ocultado e o reflexo desse cenário está no social, na desigualdade fortemente travada pelo agronegócio, de acordo com Polanyi (1980), mercados são resultados de processos específicos e enraizados de interação social, anteriores às economias capitalistas.

O debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força ao longo do tempo, impulsionado, principalmente, pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), em 2006, existiam cerca de 4.367.902 milhões de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, correspondendo a aproximadamente 84% do total de unidades agropecuárias e garantindo a ocupação de cerca de 74% da mão de obra na área rural.

É de conhecimento do âmbito agropecuário e agrícola do Brasil as tentativas de ampliar as políticas rurais que por muito tempo está estagnada em seus processos de propostas que objetivam fornecer subsidio de diversos programas de extensão rural, que possuem base fundamentada em conhecimentos educativos, cooperativistas, agroecológicos e que alavancam a sustentabilidade por meio de seus sistemas inclusivos, nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram criados e implantados alguns programas que fazem parte de políticas públicas, tais como o PRONAF, o PAA e o PNAE (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014) que desde a década de 80 vem sendo construída com o intuito de levar a comunicação, a troca de saber, buscando sempre manter a dinâmica do trabalho com os insumos já existentes e implementando programas pelo governo federal que de forma abrupta vem sendo boicotada e escanteada após anos de elaboração, discussão e estruturação constitucional, de maneira mais rígida em relação as gestões antecessoras.

O apoio à agricultura familiar decorreria do fato do produtor ter sua capacidade de acumulação limitada, à medida que ele produz sem conseguir obter o equivalente ao seu custo de oportunidade da aplicação de seus fatores de produção, mas não abandonaria a atividade, à medida que possui pouca oportunidade de trabalho fora do meio rural, mas também, porque haverá futuramente valorização do preço da terra (SOUSA et al., 2011).

De acordo com Oliveira (1999), ao final da década de 1950, os serviços de ATER já se encontravam presentes na metade dos estados brasileiros, estando presente em todos os estados das regiões Sudeste e Sul, e expandindo-se para os estados do Nordeste (CE, PE, BA, RN, PB) e Centro-Oeste (GO). A expansão da ACAR (instituições estaduais de ATER) no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país, que passou a ser coordenado em 1956 pela Associação Brasileira de

Crédito e Assistência Rural (Abcar), entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (Caporal, 1998).

Uma análise regionalizada da oferta de ATER revela diversas particularidades. Entre os estabelecimentos que utilizam assistência técnica no Brasil, segundo Garagorry (2002), as diferenças regionais são grandes e acompanham a linha da divisão típica dos dois Brasis, 50,0% dos estabelecimentos no Sul utilizam assistência técnica, 41,5% no Sudeste e 32,0% no Centro-Oeste contra 14,6% no Nordeste e 14,5% no Norte. Para Guanzioli (2000), entre os agricultores familiares, apenas 16,7% utilizam assistência técnica, contra 43,5% entre os patronais. Entretanto, entre os familiares este percentual varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região Sul.

Apesar de ser muito criticada por causa do interesse que essas empresas têm em vender seus produtos, é inegável que as revendas de produtos agrícolas e as empresas nacionais e multinacionais do setor agrícola têm uma ativa participação no oferecimento de assistência técnica aos agricultores. Muitas vezes, o único contato que muitos agricultores têm com algum profissional das ciências agrárias é justamente com os agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas dessas empresas (Duarte e Castro, 2004).

Contudo, historicamente no Brasil, os agricultores familiares sempre receberam pouco apoio do poder público para realizar sua atividade. Esta falta de apoio era generalizada para todos os aspectos dos processos produtivos agrícolas, desde o acesso à terra até a comercialização da produção (Castro et al., 2014).

O vigente estudo busca propor soluções para agregar e construir propostas que reduzam as dificuldades que transcorrem pequenos agricultores em sua ordem de produtividade, tais como: venda, custos orçamentários, escassez de incentivo, transporte, alocação de recursos, tais como bens e serviços que podem ser prestados pelo Estado, e efetivação de políticas públicas que tonificam suas potencialidades.

2. DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa tem como principal propósito analisar e propor soluções para os desafios e dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores no semiárido pernambucano, especificamente no município de limoeiro - PE.

O presente trabalho, foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, onde foi entrevistado o produtor Jose Gomes de Silva, proprietário da fazenda Monte Verde no município de limoeiro-pe. O intuito do trabalho foi resolver problemas que ocorriam/ocorrem na sua propriedade. Assim, essa entrevista, será usada como uma proposta de intervenção para obter soluções sobre os problemas mencionados.

No dia 15 de dezembro de 2020 foi feito o deslocamento até a propriedade do senhor Jose Gomes de Silva, produtor rural do município de limoeiro - PE a mais de 40 anos, as principais culturas por ele cultivadas são feijão, milho, palma forrageira e pastagens como capim. Após a entrevista foi identificado que o produtor tem necessidades com relação a venda, deslocamento, forma de trabalho, cultivares que são produzidas, registrando a defasagem de incentivo e apoio rural para pequenos agricultores por parte política.

Foi feita também tentativas de contatos com representantes das instituições estaduais de ATER nos dias 15 e 16 de dezembro de 2020 e nos dias 10 e 11 de janeiro de 2021, entretanto não houve retorno por parte das mesmas. Essas tentativas de contato foram feitas com o intuito de buscar a assistência técnica que o produtor tem por direito e também questionar o real motivo pelo qual esse e os demais produtores da região não estão sendo assistidos pela ACAR.

As perguntas e respostas da entrevista foram:

- I- Como começou o trabalho com a agricultura?
R: Começou desde de novo, sempre teve contato com o campo, começou plantando feijão e milho.
- II- Desde quando produz ou tenta manter uma atividade agrícola?
R: Desde 2014, até então.
- III- Qual o grau de escolaridade?
R: Estudou até a sétima serie.
- IV- Tamanho da propriedade?
R: 80 hectares mais ou menos
- V- Quais as principais culturas que produz/ produziu?
R: Feijão, milho, palma e capim.
- VI- Porque prefere essas culturas?
R: Porque é que consegue plantar pra da de comer aos bichos.
- VII- Possuiu animais? Se sim, qual a atividade pecuária?
R: Sim, possuo ovinos e caprinos.
- VIII- Quais são os canais de comercialização dos produtos? Venda direta, cooperativa, cerealista, intermediário, feira.
R: Vende na própria fazenda aos marchantes da região.
- IX- Possui alguma atividade não agrícola, ou praticava alguma? como forma de manter uma renda
R: Aposentado pela COMPESA.
- X- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas no processo de produção agrícola?
R: A energia, transporte, não auxilio técnico, os animais adoecem e não sabemos o que é.
- XI- O que faltaria para melhorar sua atividade agrícola em sua opinião?
R: Não sabe.
- XII- Teve assistência rural de algum técnico ou extensionista?
R: Não
- XIII- Já recebeu algum auxílio técnico de maneira publica, ou programas do governo?
R: Não
- XIV- Tem conhecimento sobre alguma pratica agroecológica?
R: Não tem conhecimento.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que os pequenos produtores demandam de um auxilio informacional sobre alternativas que possam contribuir para a progressão da sua atividade agropecuária, que é responsável por sua alimentação e renda, além de exercer grande importância especialmente em contextos sociais de crise, como o da pandemia, reduzindo o desemprego, o abandono rural, no cenário econômico e na seguridade alimentar das

famílias brasileiras. Se faz necessário a reformulação e efetivação do que é a soberania alimentar no Nordeste, no Brasil, novas estratégias sustentáveis de produção devem ser elaboradas, em conjunto com a logística e distribuição, e consumo de alimentos, que garantem a vida dessa classe, as propostas de produção e consumo devem ser apoiadas principalmente pelo Estado, desde o âmbito federal, estadual e municipal, promovendo a pluralidade produtiva mantendo a biodiversidade que garanta o incentivo em paralelo com a educação, cooperativismo, garantindo o acesso à terra, água e energia, materiais e estrutura, a assistência técnica, capacitação, consciência social, melhorando consequentemente sua qualidade de vida.

4. REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. e KOOHAFKAN, P. *Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities*. Penang, Malaysia: **Third World Network**, 2008.
- FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias* [online]. 2003, n.10, pp. 312-347.
- CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.
- GARAGORRY, F. L.; QUIRINO, T. R.; SOUSA, C. P. **Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira**: II. Estabelecimentos. Brasília: Embrapa Informática e Tecnologia, 2002. (Documentos Embrapa, n. 3).
- GUANZIROLI, C. E. Reforma agrária e globalização da economia. **Revista do Núcleo de Estudos Agrários Para o Desenvolvimento, Brasília**, v. 1, n. 2, p. 123-146, 2000.
- CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1974).
- BGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.
- PAES, J. B.; MORAIS, V. M.; LIMA, C. R. Resistência natural de nove madeiras do semiárido brasileiro a fungos xilófagos em condições de laboratório. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 28, n. 2, p. 275-282, 2004.
- PRADO, R. M. Nutrição de plantas. São Paulo: UNESP, 2008. 407 p.
- PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 01, p. 139-156, jan./mar 2014.
- SOUZA, Raquel Pereira de et al. Competitividade da produção de leite d agricultura familiar= os limites da exclusão. 2011.